

## O medo do julgamento

FOLHA DE SÃO PAULO

4 AGO 1988

O término da constituinte, que a mais recente previsão do deputado Ulysses Guimarães situa na primeira quinzena de setembro, corre o risco de ser projetado lá para depois das eleições de 15 de novembro. A depender da maioria dos governadores e de sua influência sobre as respectivas bancadas de constituintes, é assim que será.

Se as eleições se realizarem já sob a nova Constituição, a disputa será em dois turnos —o primeiro com todos os candidatos inscritos, o segundo só para a decisão entre os dois mais votados no primeiro. A eleição assumirá, assim, caráter plebiscitário, um julgamento eleitoral dos governadores, muito mais do que de seus candidatos. E muito poucos dentre estes governadores podem ter razoável tranquilidade com as perspectivas dos que os vão representar no confronto.

Tomem-se, para exemplificar, os casos dos três Estados em geral mais expressivos: em São Paulo, em Minas e no Rio, adversários dos governadores são, até aqui, favoritos indiscutíveis para as eleições nas capitais. Com a fragmentação da disputa entre muitos candidatos, a derrota tende a não ser por margem gritante e, por isso, assimilável. Entre dois candidatos, nem é preciso que a diferença seja grande: de um lado estão o governador e seu candidato e, de outro, um adversário. A nitidez da reprovação seria indissolúvel.

A idêntica situação de Orestes Quécia, Newton Cardoso e Moreira Franco reproduz-se em quase todos os quadros sucessórios das capitais. Não há um só governador disposto a mobilizar sua bancada, de fato, para apressar a constituinte. Muito ao contrário.

### Em banho-maria

O que resta saber, a respeito de inovações na política econômica, é se o ministro Mailson da Nóbrega está suspendendo suas viagens e aliviando a agenda, pelos próximos

30 dias, para selecionar melhor as tantas hipóteses montadas pelo governo, ou se, encerrada enfim esta fase, cancela compromissos para acompanhar a aplicação de medidas já em vias de adoção. O cancelamento das viagens foi ontem transmitido sem explicações convincentes.

Mas pelo menos um de seus ministros, dos mais afligidos pelo desgaste do governo com a inflação, antes de viajar à Bolívia o presidente Sarney, mostrou-se convencido de que o ritmo inflacionário não permite mais a protelação de medidas que o combatam de frente.

Ressalva-se, porém, que daí não se deve inferir a ocorrência de um ultimato dado a Mailson. Primeiro, porque nada o indicou até agora. E sobretudo porque, desde a eclosão da crise no governo Figueiredo, é aconselhável não dedicar muita fé às afirmações dos técnicos da área econômica. Desde então, e mesmo que portadores de boa-fé, eles se presumem justificados na distribuição de inverdades e contestações —ainda que dispondo de meios éticos de dissimulação— a título de evitar pressões contrárias e especulações negociadas. Na quinta-feira passada, em alguns jornais, o sóbrio ministro João Batista de Abreu "negou que a inflação de julho chegue a 24%", índice que no mesmo dia o seu próprio ministério confirmava até com o acréscimo de uns quebradinhos. Já é vício, com o qual os meios de comunicação convivem sem cobranças, como se não estivessem unindo os declarantes aos seus leitores.

Até segunda ordem, portanto, deve ficar em banho-maria a proclamada recusa de Mailson a qualquer inovação na política econômica. Até por que, também com procedência ministerial de bom padrão informativo, há a advertência de que já pelo final da semana podem aparecer as primeiras medidas novas, que seriam de ordem fiscal. Aquilo que tenderia a ser chamado de "arrocho fiscal".